



# A TRANSFORMAÇÃO DO CERRADO GOIANO EM PERIFERIA EXTRATIVA GLOBAL

---

**Ricardo Assis Gonçalves**  
*Universidade Estadual de Goiás*

**Eduardo Ferraz Franco**  
*Universidade Estadual de Goiás*

## RESUMO

A transformação do Cerrado em Goiás em território exportador de *commodities* agrícolas, pecuárias e minerais está relacionada com a expansão das fronteiras extrativas globais. Terra, água, sementes, estoque de carbono e minérios são apropriados e cercados por corporações nacionais e internacionais. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é demonstrar como o Cerrado goiano, enquanto território exportador de *commodities*, transformou-se em uma periferia extrativa global. A metodologia conta com revisão bibliográfica e levantamento de dados e informações em fontes como o Instituto Mauro Borges (IMB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Agência Nacional de Mineração (ANM). Os resultados sinalizam que os territórios do Cerrado foram especializados para produzir grãos, carne e minérios, principais itens da pauta exportadora goiana. Ademais, diante do aprofundamento do modelo extrativista predatório, a exportação de produtos primários e semielaborados evidencia a integração desigual de Goiás no sistema-mundo capitalista como periferia extrativa.

**Palavras-chave:** Cerrado, Goiás, Território, Periferia extrativa.

# THE TRANSFORMATION OF CERRADO OF GOIÁS INTO A GLOBAL EXTRACTIVE PERIPHERY

---

## ABSTRACT

The transformation of the *Cerrado* of Goiás into an export territory of agricultural, livestock, and mineral commodities is related to the expansion of global extractive borders. Land, water, seeds, carbon stock, and minerals are appropriated and surrounded by national and international corporations. In this sense, this research aims to show how the *Cerrado* of Goiás, as an export territory of commodities, turned into a global extractive periphery. The methodology includes a literature

review and data and information collection in sources such as the Mauro Borges Institute (IMB), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and Brazilian National Mining Agency (ANM). The results indicate that the *Cerrado* territories became specialized to produce grains, meat, and ores, which are the main items in the export agenda of Goiás. Moreover, given the deepening of the predatory extractivist model, the export of primary and semi-finished products highlights the unequal integration of Goiás into the capitalist world-systems as an extractive periphery.

**Keywords:** Cerrado, Goiás, Territory, Extractive periphery.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada neste artigo interpreta a transformação dos territórios do Cerrado em Goiás em periferias extrativas exportadoras de *commodities*, submetidas ao *modus operandi* das corporações do setor agropecuário e da mineração. A apropriação dos territórios do Cerrado goiano promove o cercamento dos bens naturais e sociais. Isso fomenta o movimento de formação de monopólios, fusões e alianças do capital com as oligarquias e com o estado para otimizar o processo de extração de produtos primários que caracteriza o Cerrado goiano como uma periferia extrativa global.

Diante disso, considera-se central compreender como se deu a constituição de uma matriz espacial para inserção do Cerrado no sistema-mundo do capitalismo. A integração desigual desse território no sistema-mundo capitalista como uma periferia extrativa é dependente da exportação de *commodities* agrícolas, pecuárias e minerais (IMB, 2023; ANM, 2023). Por consequência, o Cerrado foi transformado em fornecedor de produtos primários e semielaborados para serem beneficiados nos espaços luminosos do capitalismo globalizado. Tal fato representa a reprodução histórica da posição desse território na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um movimento, por parte das indústrias automobilísticas e armamentistas, em conjunto com os governos dos países capitalistas que se beneficiaram economicamente da guerra, para consolidação como potências econômicas e geopolíticas. Isso consistiu em promover nas regiões subdesenvolvidas um modelo econômico extrativo megaexportador. Nesse processo, o Cerrado goiano, a partir da intervenção militar no período da ditadura, tornou-se um território produtor de matérias-primas para abastecimento do norte global. Essa transformação se deu com a constituição de uma nova matriz espacial (Gomes, 2008; Gonçalves, 2016; Chaveiro, 2019).

A constituição da nova matriz espacial do Cerrado goiano (Gomes, 2008) tem relação com a modernização da agricultura brasileira. De acordo com Moore (2013), desde o surgimento do capitalismo houve uma intensificação da captura de recursos naturais para sanar as novas e contínuas necessidades de consumo. A

solução para as crises ambientais originadas pela utilização intensiva dos recursos foi sempre a da expansão para novas fronteiras extrativas. Com efeito, o processo de modernização do território e da agricultura no Cerrado goiano está inscrito na história-mundo como um paliativo adotado para resolver uma crise ambiental.

Através do discurso desenvolvimentista capturou-se o território cerratense para a empresa global. Juntamente com a intensificação da política extrativa pela agricultura, a expansão da exploração se dá pelo aprofundamento da extração no subsolo, capturando as águas subterrâneas, os minerais e promovendo um uso intensivo do solo, através de alterações químicas. Modificam-se geneticamente os cultivares e expõem-se os ambientes e trabalhadores a substâncias nocivas como os agrotóxicos (Pignati *et al.*, 2017). Ao invés de uma transformação no modo como se relacionam com a natureza, os capitalistas aprofundam as crises ambientais, intensificando a extração dos recursos nas periferias extrativas globais.

Para fortalecer a compreensão de como se consolida o processo de constituição da nova matriz espacial do Cerrado goiano, enquanto uma periferia extrativa global exportadora de *commodities*, a pesquisa conta com uma base teórica fundamentada em autores como Gomes (2008), Inocêncio (2010), Gonçalves (2016), Chaveiro (2019) e Silva (2021). Com efeito, constata-se que os agentes do grande capital atuam nos territórios, promovendo “políticas de escala” (Milanez, 2023) que excluem outros agentes e fortalecem o poder das corporações no acesso a terra, água, créditos, estoque de carbono, patentes, concessões e subsídios, produzindo oligopólios que monopolizam a exploração do Cerrado goiano.

Além desta introdução e das Considerações Finais, este texto está dividido em três partes. Inicialmente, debate-se a expansão das fronteiras do capital extrativista global, com conseqüente cercamento das dádivas da natureza no Cerrado. Essa discussão crítica relaciona-se com o segundo momento do texto, no qual propõe-se a interpretação da nova matriz territorial do Cerrado goiano, que criou as condições técnicas, tecnológicas, políticas e econômicas para transformar esse território em periferia extrativa global. No terceiro e último tópico, demonstra-se como o território do Cerrado em Goiás especializou-se na exportação de produtos primários e semielaborados. Finalmente, considera-se que os resultados apresentados neste artigo contribuem com a abordagem territorial, integrada e crítica do Cerrado goiano.

#### **AS FRONTEIRAS DO CAPITAL EXTRATIVISTA GLOBAL**

Moore (2013) considera a atual crise ecológica global a partir de uma perspectiva da história-mundo. Adotando uma análise de longo período e larga escala (mesmo que centrado em seu lugar de enunciação situado no norte global), o autor problematiza o que há de novo e de repetitivo na crise ambiental contemporânea. Recorrer à amplitude da história-mundo possibilita o vislumbre de que as crises ambientais da história do capitalismo advêm do fato de que a mesma solução foi aplicada desde a primeira. Ao invés da busca por alternativas ao consumo dos recursos em crise, a saída encontrada foi a ampliação da captura de recursos diante

da ocupação de novas fronteiras, ou do aprofundamento do extrativismo predatório (Moore, 2013; Svampa, 2019).

O autor trata as questões agrárias como constituintes do moderno sistema-mundo que pode ser caracterizado pela sua heterogeneidade. Esse complexo sistema global não se compreende como as partes que formam o todo, ou com este determinando aquelas. A relação entre as partes e o todo não se dá de maneira equivalente, há uma divisão internacional desigual do espaço. A agricultura é um dos campos de batalha fundamentais da globalização neoliberal. A modernização faz o esforço de dar à agricultura a cara do capital, através da sua orientação para a exportação.

As principais revoluções agrícolas e ecológicas, de acordo com Moore (2013), ocorreram em períodos nos quais é indispensável a expansão dos excedentes agrícolas e de matéria-prima. O aumento do preço dos alimentos no começo do século XIX, por exemplo, ameaçava o desenvolvimento. A solução para a falta de recursos foi a expansão da exploração agrícola. Os operários ingleses comiam pão e geleia feitos de trigo e açúcar produzidos nas Américas e na Índia. A expansão das fronteiras do “imperialismo extrativo” (Harvey, 2016) para novas áreas, como demonstra a história da acumulação capitalista (Luxemburgo, 1985), espalha os desmatamentos, os genocídios e a perda de fertilidade dos solos. Os excedentes alimentares são conquistados através da ocupação de zonas de fronteiras (Moore, 2013). Essa é a solução encontrada pelo capital para maximizar a produtividade. Nesse sentido, Moore (2020, p. 258) compreende o capitalismo como fronteira: “El capitalismo no sólo tiene fronteras, sino que está definido, fundamentalmente, por el movimiento de las mismas”.

Exemplos de como o capital se expande de maneira dependente da apropriação de fronteiras extrativas ilustram a dinâmica da produção capitalista em distintas regiões do mundo. Moore (2013) destaca a difusão da soja transgênica em países do sul global como o Brasil. Tal expansão possibilitou o giro do país para o centro da cena agrícola mundial, após o *boom* do açúcar no século XVIII. Com o passar dos anos, a solução para a crise foi sendo revelada como um adiamento da contradição. A revolução verde foi um processo de expansão de novas fronteiras agrícolas no decorrer dos anos sessenta e setenta do século XX. Não era apenas uma inovação tecnológica. Um dos *locus* de expansão foram algumas partes do território do Cerrado goiano, aquelas de maior interesse geopolítico, conforme defendido por Inocêncio (2010).

De fato, a revolução verde utilizou-se dos processos que sustentaram a dinâmica de acumulação do século XVI em diante, o cercamento e a exploração da natureza como se a disponibilidade de bens naturais fosse infinita e gratuita. Sua expansão no Cerrado só foi possível a partir da apropriação de terrenos planos, solos agricultáveis, disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas e expropriação compulsória de populações originárias. Por conseguinte, expressiva da violência do capital extrativo nas periferias do sistema-mundo capitalista.

Transformar os territórios do Cerrado em campos de soja, milho e cana, minas subterrâneas e a céu aberto fez parte do projeto de expansão da fronteira do capital extrativo no contexto da revolução verde. Nos anos 1970, políticas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) fomentaram a apropriação capitalista do Cerrado com territorialização do modelo agroexportador, construção de redes técnicas e produção de uma matriz espacial de grandes projetos de desenvolvimento. Exemplo disso foi a criação do Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) (Inocêncio, 2010), com o argumento da necessidade de transformação do Cerrado em região produtora e exportadora de alimentos.

Contudo, no centro do avanço do capital extrativo no Cerrado estão as estratégias de apropriação e cercamento da natureza inerentes à histórica do capitalismo. Nesse sentido, as interpretações de Harvey (2016) demonstram que a história do capitalismo se fundamenta na contínua espoliação.

Terras comuns foram cercadas, divididas e postas à venda como propriedade privada. O ouro e a prata que constituíram as primeiras mercadorias-dinheiro foram roubados das Américas. Os trabalhadores foram obrigados a abandonar a terra e receberam o título de trabalhadores assalariados “livres”, podendo ser explorados livremente pelo capital, quando não diretamente contratados ou escravizados. Essas formas de espoliação foram fundamentais para a criação do capital. Mas é importantíssimo notar que elas nunca desapareceram. Não só foram centrais para os aspectos mais vis do colonialismo, como até hoje as políticas de espoliação do acesso à terra, à água e aos recursos naturais geram movimentos maciços de inquietação global (Harvey, 2016, p. 63).

Os argumentos de Harvey (2016) evidenciam que o capital extrativo global necessita expandir suas fronteiras. À medida que isso ocorre, populações que usam as águas, as sementes e os solos de modo comum são expropriadas. A desterritorialização compulsória abre espaço para o avanço da propriedade privada, da especulação fundiária e da exploração do trabalho assalariado. Solos, florestas e rios de vastos territórios de sociobiodiversidade abundante são cercados pelo modelo econômico extrativo em grande escala.

Os territórios do Cerrado em Goiás explicitam as consequências do modelo extrativista predatório em grande escala (Gonçalves, 2016; Chaveiro, 2019). As monoculturas de soja, cana e milho; as megaminas a céu aberto e subterrâneas, os complexos agroindustriais, as ferrovias, rodovias e portos secos por onde circulam produtos primários e semielaborados para exportação podem ser caracterizadas

como paisagens do capitalismo contemporâneo. A natureza diversa foi negada pelo modelo econômico desigual (Chaveiro, 2019). Isso também revela a nova matriz territorial do Cerrado, constituída no decorrer das últimas décadas.

### A NOVA MATRIZ TERRITORIAL DO CERRADO GOIANO

Diante da incorporação desigual do território do Cerrado goiano ao sistema-mundo capitalista, Chaveiro (2019, p. 106) destaca que há uma ponte histórica que une esse território ao seu uso antigo e contemporâneo: território de “minérios, de bois e dos grãos”. Na fronteira da hegemonia predatória do Cerrado (Chaveiro, 2019), esses produtos foram metamorfoseados em *commodities* para o mercado internacional. Frente a isso, atualmente os cercamentos também avançam sobre os estoques de carbono, a luz e o calor do sol e os princípios ativos de plantas.

Desde a condição de território colonial no século XVIII, o Cerrado goiano foi forjado para ser uma periferia extrativa global. Cada fase da história goiana revela a materialização de um território desigual, precário para os pobres, das minas ou das terras férteis, controlados por coronéis do latifúndio ou transnacionais da mineração e da agropecuária (Chaveiro, 2019). Os cercamentos contemporâneos produzem um território sob a primazia de variáveis externas, por quem controla a reprodução do capital, transforma o ambiente natural em ambiente capturado pelos interesses econômicos (Chaveiro, 2019).

O território do Cerrado goiano foi modernizado e urbanizado, segundo Chaveiro e Calaça (2008), a partir de três fases histórico-espaciais. A primeira fase remete à construção de Goiânia, na década de 1930, e se estende até a década de 1970, período da modernização da agricultura. A segunda fase ocorre quando a agricultura mecanizada começou a penetrar o estado, na década de 1970, momento de adensamento das técnicas agrícolas e intervenção estatal direcionada ao território goiano. Nessa fase, a geopolítica da revolução verde interferiu fortemente na gestão espacial do território do Cerrado. A terceira fase compreende o período da consolidação da monocultura da soja, da implementação do agronegócio e da agroindústria, iniciada na década de 1990, e em curso atualmente. Na caracterização da história-mundo das crises ambientais da história do capitalismo, feita por Moore (2013), esta última fase seria a de um aprofundamento do extrativismo, para o subsolo e uma intensificação da exploração por meio de novas técnicas e tecnologias.

A consolidação do Cerrado como uma matriz internacional não está dissociada de fatores da geopolítica (Inocêncio, 2010; Chaveiro, 2019). De acordo com Inocêncio (2010) e Chaveiro (2019), os arquitetos hegemônicos do capital enxergaram potencial econômico produtivo nos campos abertos de terra, no subsolo com abundância de água e minério e com a localização do Cerrado enquanto ponte entre o Sul e o Sudeste do país com a região amazônica.

Diversos fatores geográficos, naturais e sociais, segundo Gomes (2008), favoreceram a espacialização desigual da agropecuária capitalista moderna no Cerrado goiano. Dentre os fatores naturais, as áreas com topografia plano-

ondulada foram priorizadas, bem como as condições favoráveis em termos de pluviosidade, temperatura e umidade. A qualidade dos solos, pela natureza das rochas, os recursos hídricos de superfície e subterrâneos, a grande extensão de terras agricultáveis influenciou a seleção de determinadas regiões em detrimento de outras enquanto prioridades da modernização do território e da agricultura. Dentre os fatores sociais, alguns são de ordem econômica, como o preço acessível das terras e a existência de vasta mão de obra barata.

Fatores financeiro-comerciais também influenciaram a territorialização desigual da modernização agrícola no Cerrado goiano. As políticas de incentivo promovidas pelas diversas esferas públicas; a existência de um cinturão financeiro-comercial, dinamizado pelos centros regionais metropolitanos, como Goiânia (GO), Anápolis (GO) e Brasília (DF), bem como outros centros regionais como Rio Verde (GO) e Jataí (GO), no sudoeste goiano, e Itumbiara (GO), no sudeste goiano. A presença desses centros econômicos regionais facilitou a circulação de capital e da infraestrutura para a transformação territorial. Como fator de contradição, para Gomes (2008), todos esses centros econômicos dinamizadores da circulação de capital são espaços de concentração de pobreza, com elevada população migrante (Soares, 2020) marginalizada em suas periferias.

Pela via geopolítica, a modernização do Cerrado goiano, de acordo com Chaveiro (2019), se deu integrada às mudanças globais dos padrões alimentares, que coordenou interesses públicos e privados, nacionais e internacionais. Expandiram-se as fronteiras agrícolas com o apelo de ocupar os vazios demográficos. Em contrapartida aos capitais de empréstimos, os governos brasileiros fizeram concessões a empresas multinacionais para se instalarem nas superfícies consideradas favoráveis aos usos econômicos, sem levar em conta as condições naturais e culturais presentes previamente nos lugares (Gomes, 2008).

O processo de modernização do Cerrado goiano, de acordo com Gomes (2008), foi financiado pelo capital exterior e emprestado ao governo brasileiro. Esse dinheiro, que era para ser utilizado para desenvolver a agropecuária nacional, retornou ao seu dono original, corrigido e acrescido de juros, pois foi direcionado para financiar investimentos de inserção do território na cadeia produtiva gerida pelas empresas multinacionais. Exemplo de investimento externo que retorna para atender os interesses externos é o cinturão verde da sojicultura que cobre as porções sul, sudoeste e leste do estado, onde operam as maiores empresas do agronegócio. Essas regiões produzem mais de dois terços do que é exportado em Goiás, exportações vinculadas ao setor primário, para serem processadas nos países industrializados.

O processo de modernização da agricultura no Cerrado goiano é desigual e conservador. Transformou-se a estrutura demográfica, mas conservou-se a ossatura do território, em especial quanto à desigualdade na sua distribuição territorial (Chaveiro; Calaça, 2008). A assimetria que divide o Norte-Nordeste do estado com a região Sul, separados pelo eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, mantém-se conservada. A disparidade é ocasionada pela hegemonia da região Sudeste do país,

que se impõe sobre o estado de Goiás, definindo as “zonas dinâmicas e opacas” (Chaveiro; Calaça, 2008, p. 299).

Se, na prática, tudo mudou, o conteúdo social manteve-se inalterado. A demografia de Goiás alterou-se de forma avassaladora, mantendo a marca das desigualdades sociais e territoriais. O uso da terra concentrado nas mãos dos atores do capital e a população do Cerrado excluída desse processo foi um propósito planejado desde o início da modernização do território, em sua primeira fase, nos anos 1930 (Chaveiro; Calaça, 2008).

O cercamento do Cerrado goiano para atender os interesses das corporações transnacionais sediadas em outros países produz, de acordo com Gomes (2008), uma ação predatória, portanto aética da natureza, tendo em vista que o ambiente é encarado como objeto de uso, descartável. Esse tratamento a despeito da ética produz consequências nocivas para o território, como a fragmentação geológico-geomorfológica; a degradação da cobertura vegetal protetora do solo; a redução da biodiversidade animal, vegetal e genética; o assoreamento e a diminuição da rede de drenagem; a destruição de sítios arqueológicos e monumentos naturais (Gomes, 2008).

A difusão ideológica de naturalização do desenvolvimentismo como etapa histórica do progresso faz com que governantes e governados avaliem pelo ponto de vista da moral capitalista e neoliberal. A visão economicista, somada ao desconhecimento do território nacional sob a ótica de suas particularidades regionais, fortalece o louvor às supersafras de grãos para exportação como salvadoras do país, reproduzindo o discurso em defesa das lideranças produtivas dos agronegócios. A posição do Brasil no *ranking* mundial da exportação de soja é o argumento para discursos e ações em defesa do modelo de desenvolvimento econômico capitalista neoliberal. Desconsideram-se os impactos sociais e ambientais resultantes de tal modelo (Gomes, 2008).

O Cerrado goiano, que foi integrado ao sistema-mundo capitalista moderno como território destinado à produção de matérias-primas e alimentos, bens primários e semielaborados, especialmente para abastecer as regiões industrializadas, está sendo degradado a passos largos (Barbosa, 2022). Os principais agentes dessa pilhagem, de acordo com Gomes (2008), são grandes empresas, detentoras do controle do poder econômico e financeiro do país. São atores econômicos que não possuem nenhuma identificação com o território enquanto abrigo de modos de vida e bens comuns. Tais agentes são motivados por interesses pragmáticos determinados para a acumulação e concentração do capital extrativo megaexportador.

Outra faceta da nova matriz territorial do Cerrado goiano, incorporada ao sistema-mundo capitalista como uma periferia extrativa global, é a espacial/urbana, que atualmente atinge índices alarmantes de desigualdades. Há zonas com grande adensamento populacional, como na região metropolitana de Goiânia e no entorno de Brasília, regiões que abrigam mais de 50% da população do estado (IBGE, 2023). Por outro lado, existem regiões com população rarefeita. Em regiões controladas

pelas monoculturas de grande escala, há vazios de gente e densidade de estruturas técnicas, em razão da expulsão das populações rurais para a entrada do grande capital no campo. Ocorreu a virada populacional em Goiás durante a década de 1970, quando o campo foi incorporado à economia de mercado, e os seus habitantes obrigados a migrar para os centros urbanos (Gomes, 2008).

Dessa maneira, constata-se que o Cerrado goiano se transformou em território megaexportador de *commodities*. Isso é resultado de uma ação planejada do capital extrativo no decorrer das últimas décadas. O Cerrado foi integrado de maneira desigual ao sistema-mundo capitalista. Sua condição como periferia extrativa global requisita um esforço da interpretação geográfica mirada na abordagem territorial, crítica e integrada.

### **Território megaexportador de *commodities*: O Cerrado como periferia extrativa global**

Conforme demonstrado por pesquisadores que desenvolveram uma consistente interpretação geográfica do Cerrado goiano (Gomes, 2008; Inocêncio, 2010; Chaveiro, 2019; Silva, 2021), a abordagem territorial não desconsidera a visada geopolítica que transformou Goiás em megaexportador de *commodities*. Compreender o Cerrado como território demonstra que ele está em disputa, que seus atributos físico-ambientais estão inseridos na fronteira de apropriação e controle corporativo da natureza na etapa contemporânea do capitalismo, considerada por Moore (2014, 2015) como capitaloceno. Nessa etapa do capitalismo, a transformação radical dos bens da natureza em *commodities* é necessária para movimentar as redes globais controladas pelas grandes corporações (Moore, 2014, 2015; Gonçalves, 2018). De tal maneira, a análise dos principais produtos que compõem a pauta exportadora goiana demonstra o modo como o Cerrado tornou-se um território fundamental para abastecer as redes extrativas globais (Tabela 1).

**Tabela 1.** Principais produtos da pauta exportadora goiana – 2022

<b>Produtos</b>	<b>Valor (milhões FOB' US\$)</b>	<b>Volume (toneladas)</b>
Complexo de soja	7.545,08	14.293.055
Complexo de carne	2.023,59	579.449
Complexo de minério	1.537,00	639.073
Milho e derivados	1.294,62	5.269.162
Açúcares	612,97	1.204.034
Couros	141,18	62.781
Algodão	107,44	56.379
Café e especiarias	53,78	15.142
Álcool etílico	50,32	61.490
Lácteos	1,15	339
Outros	479,18	204.777
<b>Total</b>	<b>13.846,31</b>	<b>22.385.681</b>

Fonte: IMB (2023). Elaboração: IMB (2023); adaptada pelos autores.

De acordo com os dados da Tabela 1, identifica-se que o complexo de soja é o principal item da pauta exportadora goiana. O valor das exportações do complexo de soja em 2023 foi de US\$ FOB 7,5 bilhões, e representou 54,5% do total. A força do complexo de soja em Goiás pode ser constatada em municípios como Rio Verde. Em 2023, a pauta exportadora do município somou US\$ FOB 4,4 bilhões, e o complexo de soja contribuiu com 90% do valor das exportações do município. O complexo de carne, por sua vez, é o segundo principal setor da pauta exportadora em Goiás. Em 2023, alcançou US\$ FOB 2,0 bilhões e representou 14,6% do valor total das exportações goianas nesse mesmo ano. O complexo de minério alcançou um valor de 1,5 bilhão (11% do total) e representou o terceiro principal item das exportações goianas.

Os demais itens da pauta exportadora, como milho e derivados, açúcares, couros, algodão, café, álcool etílico e lácteos, demonstram que a estrutura produtiva do território goiano é dependente da extração intensiva dos bens naturais. A condição de exportador de produtos primários e semielaborados revela um território fraturado em grande escala (Gonçalves, 2020), dependente da apropriação e controle de água, terra e jazidas minerais. Ademais, diante da comoditização da natureza, o Cerrado transformou-se em nova fronteira dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)<sup>ii</sup>, como os créditos de carbono (Canassa *et. al*, 2022).

Entre os produtos da pauta exportadora goiana, o complexo de soja é emblemático, ao explicitar o modo como as paisagens do Cerrado são convertidas em monoculturas produtoras de grãos. No período entre 2010 e 2022, houve um crescimento significativo da área colhida (em milhões de hectares) e da produção (em milhões de toneladas) nos territórios do Cerrado em Goiás (Figura 1).

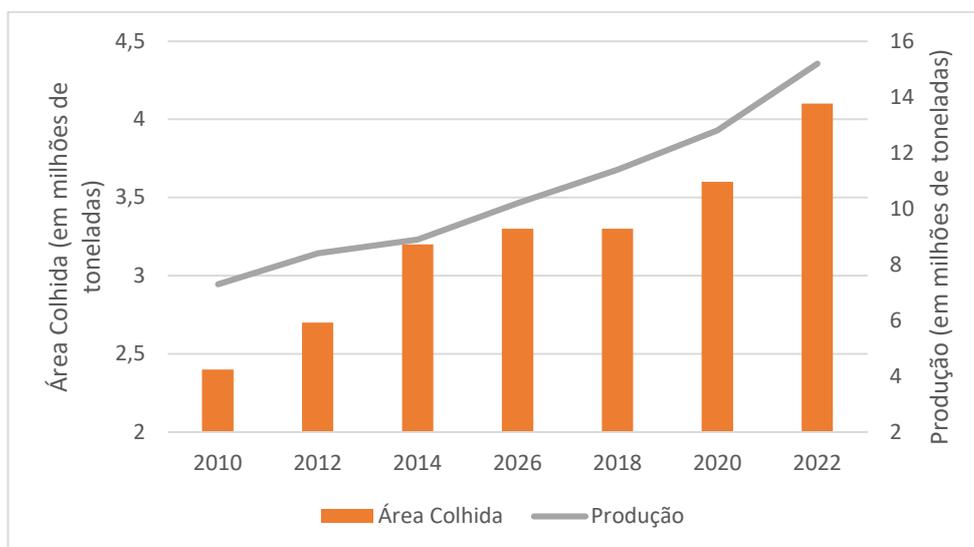
De acordo com os dados do Gráfico 1, observa-se que a área colhida de soja em Goiás subiu de 2,4 milhões de hectares em 2010 para 4,1 milhões de hectares em 2022. Isso representou um crescimento de 71%. A expansão da área colhida também foi acompanhada pelo aumento da produção de soja no mesmo período. A produção saiu de 7,3 milhões de toneladas em 2010 e atingiu 15,2 milhões de toneladas em 2022, um acréscimo de 108,2%.

Diante disso, distintas implicações ambientais e territoriais atingem o Cerrado goiano, como o “sequestro das águas” (Moraes, 2022) para usos em pivôs centrais, manutenção da concentração fundiária, intoxicação por agrotóxicos (Souza, 2023) e avanço do desmatamento. Entre 2010 e 2020, por exemplo, Goiás perdeu quase 1 milhão de hectares para o desmatamento (UFG, 2021). Essa realidade demonstra que o Cerrado goiano, apropriado pelas monoculturas de grande escala, transforma-se em território fraturado (Gonçalves, 2020), especializado na exportação de *commodities*.

A expansão da área colhida e da produção de soja no Cerrado em Goiás no período analisado explicita o modo como esse território vem sendo transformado em matriz espacial do capital extrativo global. As monoculturas em grande escala representam a força da hegemonia predatória no Cerrado. A vida de comunidades locais é ameaçada de expropriação ou cercada pelo uso de agrotóxicos,

esgotamento de nascentes, desmatamento e pressão da especulação fundiária. Para os grandes atores econômicos nacionais e internacionais, importa que o Cerrado seja produtor de *commodities* e não de alimentos que compõem a mesa da classe trabalhadora brasileira. Sendo assim, a posição do Cerrado goiano na DIT como periferia extrativa fica evidente diante da constatação dos principais destinos das exportações dos produtos primários e semielaborados (Tabela 2).

**Figura 1.** Evolução da área colhida (em milhões de hectares) e da produção (em milhões de toneladas) de soja em Goiás – 2010 a 2022.



Fonte: IMB (2023). Elaboração: os autores.

**Tabela 2.** Principais destinos das exportações goianas, conforme o valor (milhões de US\$ FOB) e volume (toneladas) em 2022.

Países	Valor (Milhões US\$ FOB)	Volume (Tonelada)
China	7.101,82	12.878.445
Indonésia	438,34	890.376
Espanha	377,08	309.010
Vietnã	363,38	1.016.681
Tailândia	332,60	618.680
Estados Unidos	331,17	203.977
Japão	287,90	735.424
Países Baixos	279,69	286.062
Índia	275,01	406.118
Reino Unido	265,94	96.953
Outros	3.792,60	4.943.120
<b>Total</b>	<b>13.846,31</b>	<b>22.385.681</b>

Fonte: IMB (2023). Elaboração: IMB (2023); adaptada pelos autores.

Em 2022, o Estado de Goiás exportou produtos para 165 países, distribuídos em todos os continentes. Contudo, percebe-se que a China é o principal destino dos produtos que compõem a pauta exportadora goiana. Observa-se que, no ano analisado, o valor das exportações goianas para a China atingiu US\$ FOB 7,1 bilhões, 51,3% do total (US\$ FOB 13,8 bilhões). A posição da China no comércio global de produtos primários e semielaborados é abordado por Harvey (2018, p. 178):

Nos últimos anos, mais da metade da produção e do consumo mundial de aço se deu na China. É preciso muito minério de ferro para fabricar essa quantidade de aço. Ele vem de regiões tão distantes como o Brasil e a Austrália. Outros materiais, como cobre, areia e minerais de todo tipo, foram consumidos em taxas completamente inauditas.

Os argumentos de Harvey (2018) contribuem com as interpretações sistematizadas a partir do destino das exportações goianas. O crescimento da economia chinesa nos últimos anos passou a demandar produtos primários e semielaborados de todo o mundo. Com isso, Goiás também se tornou um grande exportador de minérios, grãos e carne para este país asiático. Todavia, as informações da Tabela 2 ainda sinalizam que entre os principais importadores de produtos goianos estão os países que se destacam na economia mundial ocidental, como Estados Unidos, Espanha, Reino Unido e Países Baixos. Países localizados na Ásia, além da China, também aparecem como principais importadores, como Japão, Índia, Vietnã e Tailândia.

Consequentemente, os dados da Tabela 2 contribuem com a interpretação da inserção desigual do território goiano no “ecossistema global do capital” (Harvey, 2016) enquanto periferia extrativa.

O ecossistema do capital é global desde os primórdios, é claro. O comércio internacional de mercadorias implica uma transferência real ou virtual de insumos de uma parte do mundo para outra (água, energia, minério, biomassa e nutrientes, bem como os efeitos do trabalho humano). Esse comércio é a cola que mantém o ecossistema do capital, e é a expansão desse comércio que amplifica e intensifica as atividades dentro do ecossistema (2016, p. 237).

A exportação de *commodities* não significa a simples venda de produtos não industrializados. O comércio de matérias-primas implica a transferência de bens

naturais extraídos de solos, florestas, rios e subsolos para outras partes do mundo, especialmente para os países industrializados e ricos. Para produzir as toneladas de minérios, grãos e carnes, milhões de hectares de terras são explorados, florestas são derrubadas e rios são cindidos. À vista disso, para que o Cerrado fosse transformado em exportador de *commodities*, para que fosse integrado ao ecossistema global do capital, o poder das corporações teve que ser enraizado nas distintas escalas da vida social, política, econômica e ambiental.

Empresas mineradoras como a chinesa CMOOC Group Limited (de nióbio e fosfato em Catalão e Ouvidor), a americana Mosaic Company (de fosfato em Catalão e Ouvidor), a canadense Yamana Gold Inc. (de cobre e ouro em Alto Horizonte), o conglomerado britânico Anglo American (com operações de níquel em Barro Alto e Niquelândia) e a sul-africana AngloGold Ashanti (com extração de ouro em Crixás) (ANM, 2023) demonstram como o controle corporativo dos territórios (Silveira, 2008) avança para transformar o Cerrado goiano em periferia extrativa global.

O poder das corporações também se destaca a partir do processo de adensamento do capital, por meio da oligopolização mundial, que ocorre mediante o aprofundamento das fusões, aquisições, associações e investimentos externos diretos (Silva, 2021). Houve, no Cerrado goiano, bem como no Brasil, um processo de associação e venda das empresas nacionais para as transnacionais. Essas dinâmicas possibilitam que as corporações transnacionais se capilarizem, territorializando-se nos lugares, intervindo na gestão espacial de acordo com os seus interesses. A oligopolização mundial dos agentes promove um salto de escalas (Milanez, 2023), que exclui o campesinato da disputa por acesso aos recursos e privilegia as empresas multinacionais atuantes em setores extrativos predatórios como a mineração, o agronegócio, o turismo e o negócio hidroenergético (Gonçalves, 2016; Silva, 2021).

Nas áreas apropriadas pelos complexos agroindustriais, segundo Silva (2021), pode-se observar o processo de incorporação dos agentes regionais e nacionais em corporações multinacionais, cada qual com as suas particularidades. Entre as multinacionais há competição, mas também cooperação e dependência entre grupos, para estabelecimento dos monopólios (Silva, 2021). Essas relações corporativas têm o intuito de promover salto de escalas para um nível de negociação exclusivo das grandes empresas com os governos, para captação dos créditos e para aquisição de licenças (Milanez, 2023).

No âmbito da produção de sementes, as empresas nacionais não têm capacidade de resistência frente às multinacionais. Para além das disparidades financeiras, as empresas nacionais de sementes ficaram preteridas por conta de acordos que foram firmados entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e corporações de sementes, para o desenvolvimento de novas variedades que inviabilizaram as sementes tradicionais. As multinacionais se apropriam das tecnologias e dos conhecimentos, negociando patentes e licenças, promovem a fidelização dos clientes e o controle das redes de distribuição, o que garante a essas empresas o monopólio do mercado (Silva, 2021).

Entre 2000 e 2009, a Monsanto (adquirida pela Bayer em 2018) comprou vinte e sete empresas de sementes; a Syngenta comprou vinte; e a Dupont adquiriu quatro (Silva, 2021). Essas três empresas disputam o monopólio do mercado de sementes no país, com conseqüente ameaça à biodiversidade agrícola acumulada no decorrer de séculos por populações locais nos territórios do Cerrado.

No setor de agrotóxicos, em 2016, 83,56% dos registros liberados em Goiás foram de empresas multinacionais, enquanto 16,43% foram de empresas nacionais situadas no Sul e no Sudeste do Brasil (Silva, 2021). As corporações desse setor utilizam-se da estratégia de aquisição das empresas locais, ou da realização de acordos para utilização da infraestrutura, uma vez que as empresas locais já estão adaptadas às condições sociais, culturais, políticas, ambientais e econômicas dos lugares. Existe uma divisão internacional/nacional do trabalho no setor de agrotóxicos. Os monopólios pertencem aos grupos dos países centrais e da região sul do país. Quatro companhias controlam o mercado do setor, são elas a Syngenta, a Bayer/Monsanto, a Dupont/Dow AgroSciences e a Basf (Silva, 2021).

De acordo com Silva (2021), no setor de fertilizantes, existem algumas empresas nacionais, porém as corporações multinacionais são a maioria das que se apropriam de todos os segmentos do setor, desde a produção de matéria-prima até a comercialização e distribuição, a exemplo da americana Mosaic Fertilizantes, que atua em Catalão (GO) e Ouvidor (GO). As companhias multinacionais vêm adquirindo as empresas nacionais com o objetivo de controlar os insumos estratégicos e incorporar o contato direto com o consumidor, promovendo o controle do mercado (Silva, 2021). No segmento de máquinas agrícolas configura-se uma divisão nacional desigual do trabalho, na qual 30,6% das indústrias estão concentradas no Sudeste e 69,4% encontram-se no Sul do país (Silva, 2021).

Silva (2021) destaca que as empresas multinacionais não são sediadas apenas nos países ricos, o chamado norte global. Existem empresas multinacionais brasileiras do setor de *commodities*. O surgimento desse tipo de empresas sediadas no Brasil começou a ocorrer no governo Lula, com a política de internacionalização das empresas nacionais. Através da aliança entre uma parcela do setor sindical, o Estado e a burguesia, em um período de enfraquecimento dos movimentos sociais, elas propiciaram a retomada da ideia do Brasil como potência, discurso inaugurado na ditadura militar.

O país assumiu, segundo Silva (2021), uma posição de subimperialismo (Marini, 1992), promovendo investimento externo e controlando os recursos naturais dos países atendidos, sobretudo na América do Sul. O Brasil se tornou um centro médio de acumulação, com multinacionais financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A JBS é o principal exemplo de multinacional brasileira do ramo do agronegócio. Através da aquisição de outras empresas e de alianças com outros grupos, a JBS assumiu o domínio do setor da engorda, abate e logística interna e externa. A associação entre os frigoríficos JBS S/A, Marfrig Global Foods S/A e Minerva S/A formou um monopólio no mercado de carnes que subjugou os produtores aos seus serviços (Silva, 2021).

O poder das corporações incide nos territórios do Cerrado e influencia o ritmo de aprofundamento do extrativismo predatório, voltado para sustentar o modelo megaexportador de *commodities*. Contra esse padrão econômico que considera o Cerrado apenas uma periferia extrativa do sistema-mundo, a pesquisa geográfica crítica aproxima-se das lutas das comunidades e movimentos populares que defendem esse território como lugar da vida em abundância e diversidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no decorrer deste artigo contribuem com a interpretação da matriz-espacial contemporânea do Cerrado goiano em sua categorização como uma periferia extrativa global situada dentro de um sistema-mundo que produz uma divisão espacial e econômica desigual. A partir do recurso da história-mundo, desenvolvido por Moore (2013), demonstrou-se como o Cerrado goiano foi incorporado como parte de uma estratégia para remediar as crises ambientais do capitalismo sem resolver as suas contradições, mas intensificando a exploração dos territórios e dos sujeitos territorializados nas regiões em que a agricultura capitalista avança e devasta.

As interpretações geográficas do Cerrado goiano defendidas no texto demonstraram que a nova matriz espacial do Cerrado, consolidada a partir do final da Segunda Guerra Mundial, criou as condições técnicas e tecnológicas para transformar seu território em periferia extrativa global. Os investimentos estrangeiros e nacionais, a atuação de empresas dos setores agrícola, mineral e energético, a territorialização de grandes obras de infraestrutura logística e a mobilidade de trabalhadores contribuíram para criar as condições favoráveis ao avanço do imperialismo extrativo. Resultaram disso os cercamentos dos bens naturais e sociais para aprofundar e expandir a produção e exportação de *commodities* agrícolas, agropecuárias e minerais.

Por consequência, a especialização do Cerrado como produtor de *commodities* sintetiza as contradições e conflitos do modelo econômico extrativista. Por um lado, presencia-se o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de cidades do agronegócio e de megamineração, aumento das escalas de exportação de grãos e minérios, modernização técnica e tecnológica para os fluxos de mercadorias e informações. Por outro, contraditoriamente, certifica-se de que expansão dos extrativismos predatórios no Cerrado goiano ocorre mediante expropriações compulsórias, desmatamentos, assoreamento e hidrocídio dos rios, contaminação de trabalhadores por agrotóxicos, erosão genética, altos índices de população em situação de pobreza e baixa renda e manutenção da estrutura fundiária desigual.

Por isso, defende-se a importância das lutas de comunidades, povos originários e movimentos populares que se levantam em defesa do Cerrado e sua sociobiodiversidade. O Cerrado, para as comunidades e povos que o habitam, é um território de pertencimento e lugar de diversidade de gente e cultura. Para eles, os ambientes, as paisagens, as águas, as sementes e os frutos servem para a vida em

abundância, não para o modelo econômico predatório que só enxerga a natureza como fonte de *commodities*.

### AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Pós-Doutorado Estratégico, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), *campus* Cora Coralina. O primeiro autor também agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2). Finalmente, os autores agradecem a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pelos recursos concedidos através do Pró-Programas, que vem possibilitando estruturar o Laboratório de Geoprocessamento para Análises Ambientais e Territoriais do Cerrado (LabCerrado).

### REFERÊNCIAS

ANM – Agência Nacional de Mineração. Brasília/DF, 2023.

BARBOSA, Altair Sales. *O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água*. 2022. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CANASSA, David. *Cerrado: a nova oportunidade para o mercado voluntário de carbono*. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/esg/noticia/2022/10/20/cerrado-a-nova-oportunidade-para-o-mercado-voluntario-de-carbono.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Por uma abordagem geográfica do Cerrado: a afirmação de um território, a negação do bioma – Cartas de luta*. Tese (professor titular), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2019.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel. A dinâmica demográfica do Cerrado: o território goiano apropriado e cindido. In: GOMES, Horieste. *Universo do Cerrado*. Volume II. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. *Capitaloceno e a fratura da natureza: mineração em grande escala e as barragens de rejeitos em Goiás, Brasil*. In: *Territorial – Caderno Eletrônico de Textos*, v. 9, nº 11, 17, 2018.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás*, v. 9, nº 2, 2018, jul./dez. 2020.

GOMES, Horieste. A nova matriz espacial do território goiano. *In: GOMES, Horieste. Universo do cerrado*. Volume II. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. *A loucura da razão capitalista: Marx e o capital no século XXI*. Tradução Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Cidades e Estados*. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 20 jan. 2024.

IMB – Instituto Mauro Borges. *Goiás em dados 2022*. Goiás: Goiânia, 2023.

INOCÊNCIO, Maria E. *O Proceder e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado*. 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tradução Marijane Vieira Lisboa. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas.)

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MILANEZ, Bruno. Política de escala e mineração: a construção do discurso de interesse nacional no Brasil. *Revista da Anpege*, v. 19, n. 39, p. 2-30, 2023.

MOORE, Jason W. Questione agraria e crisi ecologiche nella prospettiva della storia-mondo. *Scienze del territorio*. Firenze: Firenze University Press, n. 1, 2013, p. 247-256.

MOORE, Jason W. *The Capitalocene*. Part I: on the Nature & Origins of Our Ecological Crisis. 2014. Disponível em: <https://naturalezacienciaysociedad.org/wp-content/uploads/sites/3/2016/02/The-Capitalocene-Part-I-June-2014.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MOORE, Jason W. *Entrevista a Jason Moore: del Capitaloceno a una nueva política ontológica*. 2015. Disponível em: <https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2017/10/Moore-Entrevista-a-Jason-Moore-Ecologia-Politica-2017.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MOORE, Jason W. El fin de la Naturaleza Barata: o cómo aprendí a dejar de preocuparme por “el” medio ambiente y a amar la crisis del capitalismo. *In: NAVARRO, Mina Lorena et al. La trama de la vida en los umbrales del capitaloceno: el pensamiento de Jason W. Moore*. Mexico: Bajo Tierra, 2020. p.231-268.

MORAES, Robson de S. *Águas do Cerrado*. Cidade de Goiás: UEG, 2022.

PIGNATI, Wanderley *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, nº 10, 2017.

SILVA, Edson Batista. *Camponeses: cercados e a contrapelo*. Curitiba: CRV, 2021.

SILVEIRA, Maria L. Los territorios corporativos de la globalización. *Geograficando*, v.3, nº. 3, p.13-26, 2008.

SOARES, Fernando Uhlmann. *Mãos que escrevem o território, escrevem a vida: o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde, Goiás*. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Jataí (UFJ), Jataí (GO), 2020.

SOUZA, David. *Agrotóxicos intoxicaram mais de 3,5 em Goiás*. 2023. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/agrotoxicos-intoxicaram-mais-de-3-5-mil-em-goias-1.3043822>. Acesso em: 20 fev.2024.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*. Cidade do México/México: Calas, 2019.

UFG – Universidade Federal de Goiás. *Cerrado goiano: área devastada em 10 anos equivale a 6 cidades de São Paulo*. 2021. Disponível em: <https://iesa.ufg.br/n/146171-cerrado-goiano-area-devastada-em-10-anos-equivale-a-6-cidades-de-sao-paulo>. Acesso em: 25 jan. 2024.

WOLFFENBUTTEL, Andréa. O que é? FOB. *Ipea*, ano 3, Edição 27, 2006.

Contato com o autor: [ricardo.goncalves@ueg.br](mailto:ricardo.goncalves@ueg.br)

Recebido em: 02/02/2024

Aprovado em: 22/08/2024

---

<sup>i</sup> *Free On Board* (FOB) quer dizer que o “exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. Por que *free*? Porque a mercadoria já deve ter sido desembaraçada na alfândega de partida e estar livre para ser levada” (Wolffebuttel, 2006, p. 1).

<sup>ii</sup> Como demonstrado por Canassa *et al.* (2022, p. 1). “No campo normativo, nos últimos dois anos, o Brasil editou a Lei Federal nº 14.119/2021, que instituiu a Política Nacional de PSA, o Decreto Federal nº 10.828/2021, que tratou da Cédula de Produto Rural – CPR Verde e o Decreto Federal nº 11.075/2022, que tratou dos Planos Setoriais de Mitigação de Mudanças Climáticas e buscou incentivar o protótipo de um mercado regulado.”